



caderno de
QUESTÕES

- 1000 questões gabaritadas;
- De acordo com o Edital nº 1/2026;
- Questões gabaritadas da banca Instituto Avalia.

1.000

QUESTÕES PARA

DETRAN-SP

AGENTE ESTADUAL DE TRÂNSITO

Língua Portuguesa
Matemática e Raciocínio Lógico-Matemático
Noções de Informática
Direito Constitucional

Direito Administrativo
Código de Trânsito Brasileiro
Resoluções do CONTRAN
Legislação estadual

1.000

QUESTÕES PARA A

DETRAN-SP

AGENTE ESTADUAL DE TRÂNSITO

APRESENTAÇÃO

O treino de questões, além de testar seus conhecimentos, é fundamental para compreender melhor o perfil da banca organizadora. Ao mesmo tempo em que você revisa a teoria estudada, pratica a metodologia da banca e cria uma rotina de estudos essencial para a sua preparação.

Pensando nisso, a série Caderno de Questões apresenta 1.000 questões gabaritadas para o concurso do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - DETRAN-SP, trazendo as mais recentes questões organizadas pela banca Instituto Avalia, contratada para a realização do certame, e também um complemento de bancas variadas, para o cargo de Agente Estadual de Trânsito, de acordo com os itens mais relevantes do Edital nº 1/2026.

O material é separado em disciplinas, de acordo com os assuntos abordados no edital publicado, para que você possa treinar tudo o que foi cobrado e já conhecer o que, possivelmente, sua banca irá abordar.

Neste material, você encontra, ainda, o gabarito oficial ao final de cada disciplina, para conferir suas resoluções.



AVISO IMPORTANTE

ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE ADQUIRIR A VERSÃO COMPLETA?

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.

**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**

QUERO MATERIAL COMPLETO!

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	11
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS	11
→ ACENTUAÇÃO.....	12
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	12
→ SUBSTANTIVO	13
→ ADJETIVO	13
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	13
→ LOCUÇÃO VERBAL.....	20
→ QUESTÕES VARIADAS DE VERBO.....	20
→ PRONOMES PESSOAIS	23
→ PRONOMES DEMONSTRATIVOS.....	23
→ PRONOMES RELATIVOS.....	23
→ QUESTÕES MESCLADAS SOBRE PRONOMES	24
→ ADVÉRBIO	24
→ PREPOSIÇÃO	25
→ CONJUNÇÃO.....	26
→ COLOCAÇÃO PRONOMINAL	29
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	30
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	34
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS).....	35
→ CRASE.....	36
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL).....	37
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	44
→ FIGURAS DE LINGUAGEM	46
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	49
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	60
→ GABARITO 	66
MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO.....	69
→ MATEMÁTICA - DEFINIÇÃO, SUBCONJUNTOS, INCLUSÃO E PERTINÊNCIA, OPERAÇÕES, CONJUNTO DAS PARTES.....	69

→ NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA	69
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	69
→ DIVISIBILIDADE, NÚMEROS PRIMOS, FATORES PRIMOS, DIVISOR E MÚLTIPLO COMUM (MMC).....	70
→ NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO, ETC)	70
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	70
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	72
→ RADICIAÇÃO E POTENCIAÇÃO	72
→ NÚMEROS IRRACIONAIS	72
→ EXPRESSÕES ARITMÉTICAS	72
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS	72
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	73
→ REGRA DE TRÊS COMPOSTA.....	75
→ EXERCÍCIOS ENVOLVENDO VELOCIDADE, ESPAÇO, TEMPO	75
→ PORCENTAGEM	76
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	78
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC)	79
→ ANÁLISE COMBINATÓRIA (PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM, ARRANJOS, COMBINAÇÕES, PERMUTAÇÕES)	80
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU	82
→ EQUAÇÕES DE SEGUNDO GRAU E EQUAÇÕES BIQUADRADAS	82
→ MATEMÁTICA FINANCEIRA - JUROS SIMPLES.....	83
→ JUROS COMPOSTOS	83
→ GABARITO 	84

NOÇÕES DE INFORMÁTICA..... 87

→ INFORMÁTICA - CONCEITOS GERAIS DE INFORMÁTICA E INTRODUÇÃO	87
→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD, ETC.).....	87
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA).....	88
→ CONCEITOS GERAIS DE SISTEMAS OPERACIONAIS E SISTEMAS DE ARQUIVOS.....	88
→ WINDOWS 11.....	89
→ WORD 2016.....	90
→ WORD 2019.....	91
→ EXCEL 2016.....	92
→ EXCEL 2019.....	92
→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES	94
→ EQUIPAMENTOS, MEIOS DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO	95
→ PROTOCOLOS DE REDES	95
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	96
→ INTRANET E EXTRANET.....	97
→ MOZILLA FIREFOX.....	98
→ RECURSOS, CAMPOS, ENDEREÇAMENTO (CORREIO ELETRÔNICO).....	98

→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	98
→ CONCEITOS E TIPOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING)	99
→ NUVENS MICROSOFT (ONEDRIVE E AZURE).....	100
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	100
→ FIREWALL E PROXY	101
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE	102
→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO, ETC.).....	102
→ CRIPTOGRAFIA, ASSINATURA E CERTIFICADO DIGITAL	102
→ BACKUP	103
→ GABARITO 	103

DIREITO CONSTITUCIONAL..... 105

→ DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOUTRINA) - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	105
→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS).....	106
→ GERAÇÕES DE DIREITOS FUNDAMENTAIS	108
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	109
→ MANDADO DE SEGURANÇA.....	110
→ MANDADO DE INJUNÇÃO.....	110
→ HABEAS DATA.....	111
→ AÇÃO POPULAR	111
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	111
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	113
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	114
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	116
→ PERDA DA NACIONALIDADE	117
→ EXTRADIÇÃO, DEPORTAÇÃO, EXPULSÃO E BANIMENTO (DA NACIONALIDADE)	118
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	120
→ DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 44 A 47 DA CF/1988)	122
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 48 A 50 DA CF/1988)	122
→ DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (ART. 51 DA CF/1988).....	124
→ DO SENADO FEDERAL (ART. 52 DA CF/1988).....	124
→ DOS DEPUTADOS E SENADORES (ARTS. 53 A 56 DA CF/1988).....	124
→ DAS COMISSÕES PARLAMENTARES - PERMANENTES E TEMPORÁRIAS (ART. 58 DA CF/1988).....	124
→ DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO (ART. 60 DA CF/1988).....	125
→ LEIS ORDINÁRIAS E COMPLEMENTARES.....	125
→ MEDIDAS PROVISÓRIAS	125
→ FASES DO PROCESSO LEGISLATIVO (INICIATIVA, DISCUSSÃO, VOTO, VETO, SANÇÃO, PROMULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO)	126
→ DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988)	126
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	127
→ DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 85 E 86 DA CF/1988).....	128

→ ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO (ART. 92 DA CF/1988).....	128
→ DO ESTATUTO DA MAGISTRATURA (ART. 93 DA CF/1988)	129
→ DAS GARANTIAS E VEDAÇÕES (PODER JUDICIÁRIO, ART. 95 DA CF/1988)	129
→ COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS (PODER JUDICIÁRIO, ART. 96 DA CF/1988)	129
→ RESERVA DE PLENÁRIO (PODER JUDICIÁRIO, ART. 97 DA CF/1988).....	130
→ AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (PODER JUDICIÁRIO, ART. 99 DA CF/1988).....	130
→ DOS PRECATÓRIOS (ART. 100 DA CF/1988)	130
→ DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF/1988)	131
→ DOS TRIBUNAIS E JUÍZES ELEITORAIS (ARTS. 118 A 121 DA CF/1988)	131
→ FUNÇÕES INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO).....	131
→ COMPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	131
→ GARANTIAS E VEDAÇÕES (MINISTÉRIO PÚBLICO)	131
→ CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CNMP	132
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 131 E 132 DA CF/1988)	132
→ ADVOCACIA PRIVADA E DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 133 A 135 DA CF/1988).....	132
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988)	132
→ GABARITO 	133

DIREITO ADMINISTRATIVO 135

→ AFO, DIREITO FINANCEIRO E CONTABILIDADE PÚBLICA - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO (ARTS. 3º A 10 DA LRF).....	135
→ DESPESAS COM PESSOAL E SEGURIDADE SOCIAL (ARTS. 18 A 24 DA LRF)	135
→ DEFINIÇÕES, LIMITES E RECONDUÇÃO DA DÍVIDA (ARTS. 29 A 31 DA LRF).....	136
→ OPERAÇÕES DE CRÉDITO (ARTS. 32 A 39 DA LRF)	136
→ CONTROLE DA GESTÃO FISCAL (ARTS. 56 A 59 DA LRF).....	136
→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO	136
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	136
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS	138
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	138
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	139
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	139
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	139
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	139
→ TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES.....	140
→ TÓPICOS MESCLADOS DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	140
→ PODER DISCIPLINAR	140
→ PODER DE POLÍCIA.....	140
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	140
→ AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS	141
→ TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMAS E FUNDAÇÕES DE APOIO)	141

→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	141
→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO	142
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	142
→ CONTROLE JURISDICIONAL	142
→ CONCEITO PARA AGENTES PÚBLICOS	142
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	142
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	142
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	142
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992).....	142
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	143
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011)	143
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011).....	143
→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011)	144
→ DAS RESPONSABILIDADES (ARTS. 32 A 34 DA LEI Nº 12.527/2011)	145
→ DIREITO DIGITAL - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 6º DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	145
→ - LGPD)	145
→ DOS REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 7º A 10 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	145
→ DOS DIREITOS DO TITULAR (ARTS. 17 A 22 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	146
→ DAS REGRAS PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (ARTS. 23 A 30 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	146
→ DO CONTROLADOR E DO OPERADOR (ARTS. 37 A 40 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	146
→ DA RESPONSABILIDADE E DO RESSARCIMENTO DE DANOS (ARTS. 42 A 45 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	146
→ DA SEGURANÇA E DO SIGILO DE DADOS (ARTS. 46 A 49 DA LEI Nº 13.709/2018 - LGPD).....	146
→ GABARITO 	147

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO..... 149

→ LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.503/1997)	149
→ DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO (ARTS. 5º A 25 DA LEI Nº 9.503/1997).....	150
→ DAS NORMAS GERAIS DE CIRCULAÇÃO E CONDUTA (ARTS. 26 A 67 DA LEI Nº 9.503/1997).....	154
→ DA CONDUÇÃO DE VEÍCULOS POR MOTORISTAS PROFISSIONAIS (ARTS. 67-A A 67-E DA LEI Nº 9.503/1997)	157
→ DOS PEDESTRES E VEÍCULOS NÃO-MOTORIZADOS (ARTS. 68 A 71 DA LEI Nº 9.503/1997)	158
→ DO CIDADÃO E EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO (ARTS 72 A 79 DA LEI Nº 9.503/1997)	158
→ DA SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO (ARTS. 80 A 90 DA LEI Nº 9.503/1997)	160
→ ENGENHARIA DE TRÁFEGO, OPERAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E POLICIAMENTO OSTENSIVO DE TRÂNSITO (ARTS. 91 A 95).....	161
→ DOS VEÍCULOS (ARTS. 96 A 117 DA LEI Nº 9.503/1997).....	161
→ DO REGISTRO DE VEÍCULOS (ARTS. 120 E 129-B DA LEI Nº 9.503/1997)	164
→ DO LICENCIAMENTO (ARTS. 130 E 135 DA LEI Nº 9.503/1997).....	164

→ DA CONDUÇÃO DE ESCOLARES E DE MOTO-FRETE (ARTS. 136 A 139-B DA LEI Nº 9.503/1997).....	165
→ DA HABILITAÇÃO (ARTS. 140 A 160 DA LEI Nº 9.503/1997).....	166
→ DAS INFRAÇÕES (ARTS. 161 A 255 DA LEI Nº 9.503/1997).....	168
→ DAS PENALIDADES (ARTS. 256 A 268-A DA LEI Nº 9.503/1997).....	170
→ DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS (ARTS. 269 A 279 DA LEI Nº 9.503/1997).....	172
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO (ARTS. 280 A 290 DA LEI Nº 9.503/1997).....	173
→ GABARITO 	174

RESOLUÇÕES DO CONTRAN 177

→ LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 723/2018 - PROCESSO DE SUSPENSÃO E CASSAÇÃO DO DIREITO DE DIRIGIR	177
→ RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 819/2021 - TRANSPORTE DE CRIANÇAS EM VEÍCULOS.....	178
→ RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 886/2021 - ESPECIFICAÇÕES, PRODUÇÃO E EXPEDIÇÃO DA CNH	180
→ RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 918/2022 - PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DE MULTAS POR INFRAÇÕES.....	181
→ RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 940/2022 - USO DE CAPACETE PARA CONDUTOR E PASSAGEIRO DE MOTOCICLETAS E OUTROS.....	182
→ RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 941/2022 - PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VISTORIA VEICULAR	184
→ RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 969/2022 - SISTEMA DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULOS (PIV).....	184
→ RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 970/2022 - SISTEMAS DE SINALIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO E USO DE LANTERNAS ESPECIAIS	187
→ RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 973/2022 - INSTITUI O REGULAMENTO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA	187
→ GABARITO 	189

LEGISLAÇÃO ESTADUAL.....191

→ GABARITO 	192
--	-----

LÍNGUA PORTUGUESA

→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS

1. (Instituto AVALIA – 2024) Assinale a alternativa em que todas as palavras foram escritas corretamente.

- a) Vicitude – contorsão – maciço – mantequera.
- b) Dissentir – corrigir – tranquilizar – subsídio.
- c) Prostação – pertubar – europeia – geleia.
- d) Madastra – reivindicar – rúbrica – sombrancelha.
- e) Pretencioso – tijela – jiboia – herói.

2. (Instituto AVALIA – 2024) Considere o texto a seguir para responder a questão

A ARTE DE COMBATER A SOLIDÃO NA GRANDE CIDADE

Com cada vez mais gente morando sozinha, a cidade vai ter que suprir a possibilidade de encontros.

Mauro Calliari

Cada vez mais pessoas moram sozinhas no Brasil. Em pouco mais de dez anos, o percentual de lares unipessoais aumentou de 12% para quase 16%. São 11,8 milhões no país, distribuídas em todas as idades.

Nos Estados Unidos, esse número chega a mais de 30%. Anos atrás, um comunicado do Ministério da Saúde americano alertou para a epidemia de solidão. Morar sozinho não é nem bom, nem ruim, mas, seres gregários que somos, não dá para não constatar que na cidade grande, a “solitude”, aquela sensação de estar bem consigo mesmo, pode muitas vezes descambar para a solidão mesmo, aquela sensação de que algo está acontecendo e você ficou de fora.

O assunto é sério, está crescendo e precisa de cidades que ajudem pessoas a se encontrarem. E aqui temos uma contradição: São Paulo oferece milhares de oportunidades de encontros, espaços públicos, cursos, lazer, até de graça. E ao mesmo tempo não facilita que as pessoas cheguem aos lugares e se sintam seguras nos seus deslocamentos.

O encontro virtual e o encontro real

Atualmente, multiplicam-se as possibilidades do que fazemos em casa. A economia de tempo e a conveniência são ótimas, mas o mundo virtual tem limitações. A maior delas é justamente a supressão de oportunidades de surpresas, conversas e encontros imprevistos.

Por mais desprezado que seja, o papo furado, a conversinha fiada, faz parte da vida urbana. Na fila da catraca do metrô, no caixa do supermercado ao encontrar um vizinho, sempre tem espaço para um comentário rápido, uma troca de opiniões que pode dar alguma cor ao dia. [...]

A arquitetura e o urbanismo fazem diferença

Uma pesquisa de 2017, em Vancouver, mostrou algo incrível: quem mora em prédios mais altos do que cinco andares tem mais dificuldade de conhecer vizinhos. Se for assim, é bem possível que a forma pouco inspirada da nossa verticalização — prédios altíssimos, estúdios minúsculos, garagens ostensivas e pouca interação com a rua — esteja jogando contra a vida na

rua, que poderia ganhar densidade e vitalidade com mais predinhos baixos no lugar de casas.

Outra modalidade de construção que pode combater a solidão são os cohousings [coabitações]. Começaram na Dinamarca, espalharam-se por outros países e começaram a chegar ao Brasil, com mais de 20 projetos em andamento. Num modelo mais criativo do que o condomínio tradicional, cada pessoa mora em sua casa, mas os projetos preveem uma área comum, que abraça as atividades coletivas. Nas mais de 300 comunidades nos Estados Unidos, o pessoal cozinha junto, planta horta, cuida do jardim.

Olhando para tudo isso, tanto o zoneamento como o Plano Diretor recentemente aprovados têm pouquíssimo a oferecer para a urbanidade paulistana. Todo o esforço parece estar na regulação das edificações, na verticalização pouco criativa e quase nada na criação de espaços públicos e privados que estimulem a convivência na cidade e com a cidade. A solidão também se combate com desenho urbano.

(Adaptado de: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mauro-calliari/2024/04/a-arte-de-combater-a-solidao-na-grande-cidade.shtml>)

Sobre a grafia de algumas palavras do texto, assinale a alternativa correta.

- a) A palavra “percentual” pode ser substituída por “porcentual”, já que ambas as grafias estão corretas.
- b) A palavra “preveem” pode ser grafada como “prevêm”, pois, quando há repetição de vogais, é possível substituí-las por uma só vogal acentuada.
- c) A palavra “gregários” pode ser grafada como “agregários”, uma vez que deriva do verbo “agregar”.
- d) Após o último acordo ortográfico, a palavra “unipessoais” passou a ser grafada com hífen (uni-pessoais).
- e) A palavra “num” está grafada de forma incorreta, de acordo com a norma-padrão, já que a forma correta seria “em um”.

3. (Instituto AVALIA – 2024) Considerando que o projeto de texto de ortografia unificada de Língua Portuguesa, aprovado em Lisboa, em 12 de outubro de 1990, pela Academia das Ciências de Lisboa, pela Academia Brasileira de Letras e pelas delegações de diversos países, constitui um passo importante para a defesa da unidade essencial da Língua Portuguesa e para o seu prestígio internacional, foi aprovado o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Com base nesse acordo, assinale a ÚNICA alternativa que apresenta a escrita correta da palavra.

- a) Superrevista.
- b) Contrarregra.
- c) Auto-aprendizagem.
- d) Microonda.

4. (Instituto AVALIA – 2023) Assinale a alternativa em que todas as palavras foram escritas corretamente.

- a) Angélico – sarjeta – tigela – canjica.
- b) Vernis – desprezo – asia – atrás.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

→ MATEMÁTICA - DEFINIÇÃO, SUBCONJUNTOS, INCLUSÃO E PERTINÊNCIA, OPERAÇÕES, CONJUNTO DAS PARTES

1. (Instituto AVALIA – 2024) Considere os conjuntos $A = \{2, 3, 5, 7, 11, 13\}$, $B = \{1, 4, 6, 8, 9, 10, 12\}$, $C = \{2, 4, 5, 8, 11, 10, 12\}$ e as possíveis relações de pertinência (pertence ou não pertence), inclusão (está contido ou não está contido) e operações entre conjuntos (intersecção, união ou diferença). Sendo assim, é correto afirmar que

- a) $C \subset A$.
- b) $A - B = B$.
- c) $B \cup C = \{1, 2, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12\}$.
- d) $A \cap B = \emptyset$.
- e) $4 \in A$.

2. (Instituto AVALIA – 2024) A partir dos conjuntos

$$A = \{-1, 0, 1\}, B = \{1, 2\}, C = \{-2, -1, 0, 1\}$$

, define-se uma matriz $M_{2 \times 2} = [m_{ij}]$, cujas entradas são caracterizadas pelo elemento do conjunto resultante das operações a seguir:

$$\begin{aligned}(A \cup B) - (A \cap C) &= (M_{11}) \\ (A \cap B) \cup (A - C) &= (M_{12}) \\ (B \cup C) \cap (B - A) &= (M_{21}) \\ (C - B) \cap C - (A \cap C) &= (M_{22})\end{aligned}$$

Com base nessa informação, $\det(M)$ vale

- a) 0.
- b) -2.
- c) 2
- d) -6.

3. (Instituto AVALIA – 2024) Na Teoria de Conjuntos, para um conjunto qualquer X , definem-se a cardinalidade e o conjunto das partes de X , respectivamente, como o número de elementos de X (denotado por $\#X$) e o conjunto de todos os subconjuntos de X (denotado por $P(X)$). Com base nessa informação, considere os conjuntos:

- $A = \{a \in \mathbb{N}; 0 \leq a \leq 5\}$
- $B = \{b \in \mathbb{Z}; -2 \leq b \leq 2\}$
- $C = \emptyset$
- $D = \{d \in \mathbb{R}; d \in (A \cap B)\}$

É correto afirmar que

- a) $P(D) = 1, 2, D$.
- b) As médias aritmética e geométrica entre as cardinalidades dos quatro conjuntos são números irracionais.

- c) $\#(P(C)) = 1$
- d) $\#((A - B) \cup C) = 4$

4. (Instituto AVALIA – 2024) Dados os conjuntos $A = \{u, e, s, b\}$, $B = \{u, e\}$ e $C = \{u, s, b\}$, e utilizando as relações de inclusão e pertinência e as operações de intersecção, diferença ou união entre dois conjuntos, é correto afirmar que

- a) $u \subset (A \cap B \cap C)$
- b) $(A \cap B) \subset C$
- c) $(A - B) \supset C$
- d) $(A - B) \supset (A - C)$

→ NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA

5. (Instituto AVALIA – 2024) Considere a sequência de números complexos:

$$(i, i100, i3, i200, i5, i300, i7, \dots)$$

Se a_k representa o k -ésimo termo dessa sequência, então $a_{123} - a_{250} + (a_{317})^2$ vale

- a) $-i$.
- b) 1.
- c) i .
- d) -1 .

→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS

6. (Instituto AVALIA – 2023) No total, existem 100 carros disponíveis para venda no pátio de uma concessionária, sendo 40 carros da classe luxo e 60 carros da classe esportivo, e cada um destes carros pode ter duas ou quatro portas. Entre os carros da classe luxo, 10 deles possuem quatro portas e, entre os carros da classe esportivo, 20 possuem duas portas. Os preços de venda destes carros, segundo as características descritas anteriormente, são apresentados no quadro a seguir.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

→ INFORMÁTICA - CONCEITOS GERAIS DE INFORMÁTICA E INTRODUÇÃO

1. (Instituto AVALIA – 2022) Considerando os conceitos básicos de hardware e software, assinale a alternativa correta.

- a) Um e-mail é considerado um item de hardware.
- b) Um scanner de mesa é considerado um item de software.
- c) Um arquivo do tipo zip é considerado um item de hardware.
- d) Um pen drive contendo músicas em formato mp3 é considerado um item de hardware.
- e) Uma memória RAM DDR3 é considerada um item de software.

→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD, ETC.)

2. (Instituto AVALIA – 2024) Um dos principais componentes de microcomputadores são as memórias, que se diferenciam de acordo com as suas características. Considerando os tipos de memórias e suas características, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

I. A memória RAM se trata de uma memória volátil e de leitura e escrita.

II. A memória PROM pode ser programada apenas uma única vez.

III. A memória EEPROM é apagável apenas pela incidência de raios ultravioleta.

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) II, apenas.
- e) I e III, apenas.

3. (Instituto AVALIA – 2024) Em um sistema de computador, a escolha do tipo de memória adequada é crucial para o desempenho eficiente do sistema. As memórias podem ser voláteis ou não voláteis, e cada uma possui características específicas que as tornam mais adequadas para determinadas funções. Considerando as características e os usos das diferentes tecnologias de memória em um sistema de computação, assinale a alternativa correta.

- a) A memória ROM (Read-Only Memory) é volátil e é usada principalmente para armazenar dados temporários durante a execução de programas.
- b) A memória RAM (Random Access Memory) é não volátil e mantém os dados armazenados mesmo após o desligamento do sistema.

- c) A memória flash é um tipo de memória não volátil que é comumente utilizada em dispositivos de armazenamento portáteis, como pen drives e cartões de memória.
- d) A memória cache é uma memória volátil, de alta velocidade e custo relativamente alto, utilizada para armazenar dados temporários de acesso frequente pelo processador.

4. (Instituto AVALIA – 2024) Os dispositivos de armazenamento de dados evoluíram significativamente ao longo dos anos, com diferentes tecnologias oferecendo soluções para diversas necessidades de armazenamento. Sobre as características e os usos dos Discos Rígidos (HDs), assinale a alternativa correta.

- a) Discos rígidos utilizam tecnologia de armazenamento óptico para ler e gravar dados.
- b) A capacidade de armazenamento dos Discos Rígidos é geralmente menor do que a dos CDs e DVDs.
- c) Discos Rígidos são conhecidos por sua alta velocidade de acesso e grande capacidade de armazenamento.
- d) Discos Rígidos não podem ser utilizados para armazenamento de dados a longo prazo devido à sua volatilidade.

5. (Instituto AVALIA – 2024) Em um sistema de computação, o desempenho do processamento é altamente dependente da memória utilizada para armazenar temporariamente dados e instruções em uso. Considere um tipo de memória essencial que, ao perder a alimentação elétrica, também perde todos os dados armazenados. Assinale a alternativa correta que descreve a memória amplamente usada como a principal em computadores.

- a) ROM (Read-Only Memory).
- b) RAM (Random Access Memory).
- c) SSD (Solid State Drive).
- d) PROM (Programmable Read-Only Memory).

6. (Instituto AVALIA – 2023) “O modo _____ das memórias DDR tem como principal objetivo utilizar dois controladores de memória da placa-mãe simultaneamente, a fim de dobrar _____ de dados”.

Respectivamente, preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

- a) Single Channel / a quantidade.
- b) Dual Channel / a taxa de transferência.
- c) Double Channel / o tamanho.
- d) Single Channel / a taxa de transferência.
- e) Double Channel / a quantidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

→ DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOUTRINA) - DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)

1. (FGV – 2026) Em discurso realizado na sede da NAV Brasil, determinada autoridade pública federal fez referência a três diferentes temáticas, quais sejam:

- I. A relevância dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- II. A importância de se garantir o desenvolvimento nacional;
- III. A busca pela solução pacífica dos conflitos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que os

- a) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são fundamentos da República Federativa do Brasil. Por sua vez, garantir o desenvolvimento nacional é um objetivo fundamental do país. Por fim, a solução pacífica dos conflitos é um princípio que rege o Brasil nas suas relações internacionais.
- b) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e garantir o desenvolvimento nacional são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Por sua vez, a solução pacífica dos conflitos é um princípio que rege o Brasil nas suas relações internacionais.
- c) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, garantir o desenvolvimento nacional e a solução pacífica dos conflitos são princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.
- d) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, garantir o desenvolvimento nacional e a solução pacífica dos conflitos são objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- e) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, garantir o desenvolvimento nacional e a solução pacífica dos conflitos são fundamentos da República Federativa do Brasil.

2. (Instituto AACP – 2025) De acordo com o artigo 1º da Constituição Federal de 1988, a República Federativa do Brasil tem como fundamentos essenciais alguns princípios. Assinale a alternativa que NÃO apresenta um desses fundamentos.

- a) Soberania.
- b) Dignidade da pessoa humana.
- c) Pluralismo político.
- d) Independência dos Poderes Executivo e Legislativo.
- e) Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

3. (Instituto AACP – 2025) Segundo a Constituição Federal, é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil a

- a) legalidade.
- b) cidadania.

- c) urbanidade.
- d) impessoalidade.
- e) publicidade.

4. (FGV – 2025) O preâmbulo da Constituição Federal estabelece que: “nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil”.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamento a

- a) cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.
- b) solução pacífica dos conflitos.
- c) não intervenção.
- d) defesa da paz.
- e) soberania.

5. (FGV – 2024) A República Federativa do Brasil é em um Estado Democrático de Direito, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988.

No que diz respeito à democracia, analise os tópicos a seguir.

I. A Constituição dispõe de instrumentos de democracia participativa, tais como os conselhos, as ouvidorias e o orçamento participativo.

II. A democracia é exercida exclusivamente pelos representantes escolhidos pelo povo, seus legítimos mandatários.

III. A democracia brasileira tem como um de seus objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

IV. No Brasil há um exemplo de democracia direta, considerando que a Constituição prevê expressamente que o poder emana do povo.

Está correto o que se afirma em

- a) I, III e IV, apenas.
- b) I, II e III, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

DIREITO ADMINISTRATIVO

→ AFO, DIREITO FINANCEIRO E CONTABILIDADE PÚBLICA - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO (ARTS. 3º A 10 DA LRF)

1. (Instituto AVALIA – 2026) De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Diretrizes Orçamentárias atenderá ao disposto no § 2º do Art. 165 da Constituição Federal, EXCETO sobre

- a) o equilíbrio entre receitas e despesas.
- b) as normas relativas ao controle de custos.
- c) as normas relativas à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos.
- d) a destinação de recursos provenientes das operações de crédito, inclusive por antecipação de receita.
- e) as demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

2. (Instituto AVALIA – 2026) A Lei Complementar nº 101/2000 estabelece que o projeto de Lei Orçamentária Anual, elaborado de forma compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, deve ser regido, também, por suas normativas. Com base nessas informações, assinale a alternativa correta.

- a) Não integrarão as despesas da União, e serão excluídas da Lei Orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais e custeio administrativo.
- b) É vedado consignar, na Lei Orçamentária, crédito com dotação ilimitada.
- c) A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada poderá superar a variação do índice de preços previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias ou em legislação específica.
- d) Não é necessário que todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constem da Lei Orçamentária Anual.
- e) A Lei Orçamentária consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual.

3. (Instituto AVALIA – 2026) De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, sobre a execução orçamentária e o cumprimento de metas, assinale a alternativa correta.

- a) Até 90 dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
- b) Os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, apenas no exercício em que ocorrer o ingresso.

- c) Serão objeto de limitação as despesas ainda que constituam obrigações constitucionais e legais do ente.
- d) No prazo de 30 dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial.
- e) No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

4. (Instituto AVALIA – 2026) A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101/2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Sobre as limitações de empenho previstas na LRF, é correto afirmar que a

- a) limitação de empenho é aplicada quando há superávit primário acima da meta estabelecida, para evitar o acúmulo desnecessário de reservas financeiras.
- b) limitação de empenho é um mecanismo de contingenciamento acionado quando a execução orçamentária e financeira evidencia que as metas de resultado primário ou nominal podem não ser alcançadas, determinando a redução dos limites de empenho e movimentação financeira.
- c) limitação de empenho aplica-se exclusivamente às despesas de investimento, preservando integralmente as despesas obrigatórias e de pessoal.
- d) LRF proíbe expressamente a limitação de empenho em ano eleitoral, para não interferir nas atividades governamentais durante o período de campanha.
- e) limitação de empenho pode ser aplicada pelo Poder Executivo às dotações orçamentárias do Poder Judiciário e do Ministério Público, sem necessidade de negociação.

→ DESPESAS COM PESSOAL E SEGURIDADE SOCIAL (ARTS. 18 A 24 DA LRF)

5. (Instituto AVALIA – 2026) De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, em cada período de apuração, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida a seguir discriminados:

- a) União: 50%; estados: 60%; e municípios: 60%.
- b) União: 40%; estados: 50%; e municípios: 60%.
- c) União: 50%; estados: 70%; e municípios: 70%.
- d) União: 40%; estados: 60%; e municípios: 60%.
- e) União: 50%; estados: 80%; e municípios: 80%.

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

→ LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.503/1997)

1. (Instituto AVALIA – 2026) Considerando o que prevê o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

() O CBT rege o trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional abertas à circulação.

() Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.

() Os órgãos componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, subjetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução de serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.

() Para os efeitos do CTB, não são consideradas vias terrestres as praias abertas à circulação pública, as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas e as vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo.

- a) V – F – F – V.
- b) V – V – F – F.
- c) F – V – V – F.
- d) F – F – V – V.
- e) F – V – F – V.

2. (Instituto AOCP – 2024) O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se pela Lei nº 9.503/1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro. De acordo com o que prevê o Código de Trânsito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- a) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.
- b) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas e veículos, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, salvo estacionamento e operação de carga ou descarga.
- c) Considera-se trânsito a utilização das vias por veículos automotores e elétricos, para fins de circulação, parada e estacionamento, salvo operação de carga ou descarga.
- d) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, desde que conduzidos por seus tutores, isolados ou em grupos, para fins de circulação, parada, estacionamento, salvo operação de carga ou descarga.

- e) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas, veículos e animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada e estacionamento, salvo nos casos de carga ou descarga, pois não é considerado trânsito se o veículo está imóvel.

3. (Instituto AOCP – 2024) De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/1997), assinale a alternativa correta.

- a) O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres e aquáticas do território nacional, abertas à circulação, rege-se pelo Código de Trânsito.
- b) Para os efeitos do Código de Trânsito, são consideradas vias terrestres as vias internas pertencentes aos condomínios constituídos por unidades autônomas, mas não as praias abertas à circulação.
- c) Considera-se trânsito a utilização das vias por pessoas e veículos, excetuados os animais, isolados ou em grupos, conduzidos ou não, para fins de circulação, parada, estacionamento e operação de carga ou descarga.
- d) Os órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito respondem, no âmbito das respectivas competências, objetivamente, por danos causados aos cidadãos em virtude de ação, omissão ou erro na execução e manutenção de programas, projetos e serviços que garantam o exercício do direito do trânsito seguro.
- e) Os órgãos e entidades de trânsito pertencentes ao Sistema Nacional de Trânsito poderão focar em suas ações a defesa da vida humana.

4. (IBFC – 2023) Leia as informações e analise as afirmativas a seguir.

O Código de Trânsito Brasileiro, por meio da Lei número 9503 de 23 de setembro de 1997, regulamenta o trânsito nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação. Considera-se trânsito a utilização das vias terrestres por:

I. Pessoas.

II. Veículos.

III. Animais.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I apenas
- b) I e II apenas
- c) II apenas
- d) I, II e III

RESOLUÇÕES DO CONTRAN

→ LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO E TRANSPORTES - RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 723/2018 - PROCESSO DE SUSPENSÃO E CASSAÇÃO DO DIREITO DE DIRIGIR

1. (VUNESP – 2026) Ao condutor que exerce atividade remunerada, é facultado participar de curso preventivo de reciclagem, sempre que, no período de 12 (doze) meses, conforme regulamentação do Contran, atingir, no mínimo,

- a) 20 pontos.
- b) 25 pontos.
- c) 30 pontos.
- d) 35 pontos.
- e) 40 pontos.

2. (FUNDATEC – 2026) Após analisar duas situações envolvendo condutores habilitados, um instrutor de trânsito apresentou aos alunos as seguintes afirmações:

I. A suspensão do direito de dirigir impede temporariamente o exercício da condução de veículo automotor, pelo prazo fixado na legislação ou em decisão da autoridade competente.

II. A cassação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) possui consequências mais severas que a suspensão, exigindo o cumprimento dos requisitos legais para que o condutor possa voltar a dirigir.

Com base no CTB, assinale a alternativa correta.

- a) As afirmações I e II estão corretas.
- b) As afirmações I e II estão incorretas.
- c) Apenas a afirmação I está correta.
- d) Apenas a afirmação II está correta.

3. (FGV – 2025) De acordo com a Lei nº 723/2018, a suspensão do direito de dirigir por pontuação ocorre quando a soma dos pontos referentes às infrações cometidas for igual ou superior a 20, em um período de tempo de

- a) 6 meses.
- b) 12 meses.
- c) 18 meses.
- d) 24 meses.
- e) 30 meses.

4. (VUNESP – 2024) Decorridos dois anos da cassação da Carteira Nacional de Habilitação, o infrator poderá requerer sua reabilitação, submetendo-se a todos os exames necessários à habilitação, na forma estabelecida pelo

- a) CIRETRAN.
- b) DETRAN.
- c) ABDETRAN.
- d) CONTRAN.
- e) CONTRANDIFE.

5. (OBJETIVA CONCURSOS – 2024) Em relação às disposições preliminares da Resolução CONTRAN nº 723/2018, analisar os itens.

I. A penalidade de suspensão do direito de dirigir será imposta sempre que o infrator atingir a contagem de vinte, no período de seis meses.

II. A cassação do documento de habilitação será imposta quando, suspenso o direito de dirigir, o infrator conduzir qualquer veículo.

Está CORRETO o que se afirma:

- a) Em ambos os itens.
- b) Apenas no item I.
- c) Apenas no item II.
- d) Em nenhum dos itens.

6. (OBJETIVA CONCURSOS – 2023) Conforme a Resolução Contran nº 723/2018, a penalidade de suspensão do direito de dirigir será imposta nos seguintes casos:

I. Sempre que o infrator atingir a contagem de 20 pontos, no período de 12 meses.

II. Sempre que o infrator atingir a contagem de 21 pontos, no período de seis meses.

III. Por transgressão às normas estabelecidas no CTB, cujas infrações preveem, de forma específica, a penalidade de suspensão do direito de dirigir.

Está(ão) CORRETO(S):

- a) Somente o item I.
- b) Somente o item II.
- c) Somente os itens I e III.
- d) Todos os itens.

7. (IBFC – 2022) A Resolução Contran nº 723, de 06 de fevereiro de 2018 referendou a Deliberação CONTRAN nº 163, de 31 de outubro de 2017, que dispõe sobre a uniformização do procedimento administrativo para imposição das penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação, previstas nos artigos 261 e 263, incisos I e II, do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), bem como sobre o curso preventivo de reciclagem. Sobre a mencionada Resolução, assinale a alternativa correta.

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

1. (Nova Concursos – 2026) A Lei Complementar nº 1.195, de 17 de janeiro de 2013, transformou o Departamento Estadual de Trânsito em autarquia, sob a denominação DETRAN-SP. Sobre a natureza jurídica, a representação e o regime de pessoal da entidade, nos termos dessa lei complementar, assinale a alternativa correta.

- a) O DETRAN-SP é entidade com personalidade jurídica de direito privado e autonomia exclusivamente administrativa, sendo-lhe vedado o gozo das prerrogativas da Fazenda Pública.
- b) O DETRAN-SP tem sede e foro na Cidade de São Paulo, circunscrição em todo o território estadual e goza das prerrogativas da Fazenda Pública.
- c) A representação judicial do DETRAN-SP é exercida por corpo jurídico próprio da autarquia, cabendo à Procuradoria Geral do Estado apenas a consultoria jurídica.
- d) Os integrantes do Subquadro de Empregos Públicos Permanentes e do Subquadro de Empregos Públicos em Confiança sujeitam-se ao regime jurídico estatutário da Lei nº 10.261, de 1968.
- e) O ingresso nas carreiras de Oficial Estadual de Trânsito e de Agente Estadual de Trânsito dar-se-á em qualquer das três classes, conforme a titulação apresentada no concurso público.

2. (Nova Concursos – 2026) Os integrantes das carreiras do DETRAN-SP costumam confundir os dois instrumentos de evolução funcional previstos na Lei Complementar nº 1.195, de 2013. Sobre a progressão e a promoção, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. A progressão é a passagem do emprego público permanente de um grau para outro imediatamente superior dentro da respectiva classe, mediante avaliação de desempenho.

II. A progressão será realizada anualmente, obedecido o limite de até 20% do contingente de empregados públicos que contem com interstício mínimo de 3 anos de efetivo exercício no mesmo emprego público e grau.

III. A promoção é a elevação do emprego público à classe imediatamente superior da respectiva carreira, exigindo-se, entre outros requisitos, no mínimo 2 anos de interstício no último grau da classe anterior.

IV. Na passagem do nível I para o nível II, exige-se diploma de graduação em curso de nível superior do integrante da carreira de Agente Estadual de Trânsito e diploma ou certificado de pós-graduação do integrante da carreira de Oficial Estadual de Trânsito.

- a) I e II, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

3. (Nova Concursos – 2026) O Decreto nº 65.347, de 9 de dezembro de 2020, dispõe sobre a aplicação da Lei federal nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), no âmbito do Estado de São Paulo. De acordo com esse decreto, assinale a alternativa correta.

- a) As decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, no âmbito da Administração Pública Direta, cabem ao Estado de São Paulo, que exercerá as atribuições de controlador por intermédio dos Secretários de Estado e do Procurador Geral do Estado.
- b) Foi designado o Corregedor Geral da Administração como encarregado da proteção de dados pessoais no âmbito da Administração Pública Direta do Estado de São Paulo.
- c) As entidades da Administração Pública Indireta ficam dispensadas de indicar encarregados próprios, por já serem alcançadas pela designação feita no próprio decreto.
- d) Os requerimentos do titular de dados, formulados nos termos do artigo 18 da LGPD, observarão os prazos e procedimentos previstos na Lei federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
- e) O Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações do Estado de São Paulo é responsável por decidir sobre as operações de tratamento de dados pessoais, em substituição ao controlador.

4. (Nova Concursos – 2026) O Decreto nº 67.682, de 3 de maio de 2023, aprovou o Plano Anticorrupção do Estado de São Paulo. Sobre esse decreto, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O Plano Anticorrupção é aplicável à Administração Pública direta e autárquica, consubstanciando-se em ações e medidas específicas, de natureza normativa e não normativa.
- b) Constitui objetivo do Plano conferir transparência na implementação de políticas públicas, para possibilitar divulgação de informações e controle social.
- c) As alterações promovidas pelo Controlador Geral do Estado no plano constante do Anexo deverão ser submetidas à aprovação do Comitê de Combate à Corrupção.
- d) O Controlador Geral do Estado poderá editar normas complementares necessárias ao cumprimento do decreto, sem exigência de deliberação colegiada.
- e) As fundações e as empresas controladas pelo Estado submetem-se integralmente ao decreto, por força de sua aplicação direta a toda a Administração Pública indireta.

5. (Nova Concursos – 2026) O Decreto nº 68.347, de 29 de fevereiro de 2024, dispõe sobre o Sistema Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo – SISTRAN-SP, o Conselho Estadual de Trânsito – CETRAN-SP, as Juntas Administrativas de Recursos de Infrações – JARIs, o Programa Respeito à Vida e o Sistema de Informações Gerenciais de Sinistros de Trânsito – Infosiga. Com base nesse decreto, assinale a alternativa correta.

- a) O CETRAN-SP é órgão colegiado formado por 55 membros titulares, sendo um Presidente e 54 Conselheiros, designados por ato do Governador do Estado para mandato de 2 anos, admitidas reconduções.
- b) O regimento de cada JARI é aprovado pelo próprio colegiado, por maioria absoluta de seus membros.
- c) Perderá o mandato o membro da JARI que registrar 2 faltas, justificadas ou injustificadas, em 2 reuniões consecutivas.
- d) A coordenação do Programa Respeito à Vida será exercida pelo CETRAN-SP, cabendo ao DETRAN-SP prestar-lhe suporte.

MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS
NO INSS 2022



GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira
a versão completa desse material!

ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO